



Cidade e Política Urbana na África do Sul Pós-Apartheid

Coordenador: Carlos B. Vainer – IPPUR/UFRJ

Expositores: Alan Mabin – University of the Witwatersrand, Johannesburg
Edgar Pieterse – Isandla Institute, Cape Town
Sophie Oldfiel – Cape Town University

Apresentação

Um dos mais relevantes, e nem sempre devidamente considerados, impactos do processo de globalização em curso tem sido a intensificação dos estudos comparados. Neste terreno, porém, quase sempre tem prevalecido um tipo de metodologia e de análise que se poderia designar de “comparatismo globalizado”, cujos promotores principais, mas não únicos, são agências multilaterais – Banco Mundial, PNUD, Agência Habitat, BID, etc -, com seus indicadores universais que reduzem toda a diversidade estrutural e conjuntural a séries estatísticas. Listagens de “boas práticas” são apenas a face mais visível de uma estratégia que unifica e homogeneiza o espaços urbanos e regionais, transpondo conceitos, categorias descritivas e analíticas e, sobretudo, propostas de políticas, planos e projetos. As consequências políticas são conhecidas: a concepção e difusão de modelos supostamente virtuosos e aplicáveis por toda parte.

Se o comparatismo globalizado, instrumental e pragmático, padece de infinitos vícios e problemas teórico-conceituais e metodológicos, não se pode rejeitar ad limine a importância que estudos comparados rigorosos podem trazer para o entendimento de processos por que passam as sociedades singulares e para as práticas de planejamento em nossas cidades e regiões. Se a transposição de modelos é, quase sempre, a mera produção de simulacros desenraizados e sem vitalidade, a comparação de realidades e políticas pode ser extraordinariamente reveladora e fértil tanto teórico-conceitualmente quanto metodologicamente e em termos de políticas e planos.

Via de regra, porém, os estudos comparados no mundo acadêmico têm sido monopólio de universidades e instituições de pesquisa sediadas nos países centrais. Adotar estudos e posturas comparativas, assumir iniciativas de intercâmbio que favoreçam as comparações conscientes e metodologicamente controladas é da maior relevância, e terá maior significado ainda quando calcar-se num intercâmbio entre pesquisadores e instituições de pesquisa engajados na elaboração de um pensamento crítico e na construção de cidades que escapem ao modelo dominante. Este o sentido da Sessão Livre “Cidade e Política Urbana na África do Sul Pós-Apartheid”.

A organização desta sessão é iniciativa do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – ETTERN/IPPUR, coordenado pelos Profs. Carlos B. Vainer e Henri Acselrad. Ela se insere entre as atividades do Programa de Pesquisa e Cooperação sobre Movimentos Sociais Comparados – Brasil, África do Sul, Índia e Tailândia, que o ETTERN desenvolve em cooperação com o Programa Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu

Nacional/UFRJ e grupos de pesquisadores e instituições de pesquisa da África do Sul, Índia e Tailândia.

A África do Sul, como é sabido, passou por dramáticas transformações nos últimos 10 anos. Temas como segregação urbana, desigualdades, planejamento e modelos empresariais, entre outros, têm naquele país significados particulares que, ao mesmo tempo em que revelam as profundas diferenças estruturais – econômicas, políticas, culturais – que nos separam, sugerem pistas para o entendimento dos desafios que enfrentam hoje as cidades dos países periféricos.

Objetivo Geral

Difundir, entre planejadores e pesquisadores reunidos pela ANPUR, a trajetória recente da cidade sul-africana e a experiência de política e planejamento urbanos naquele país.

Objetivos Específicos

Explorar comparativamente os significados de expressões como participação, segregação, globalização, “governança”, parcerias público-privadas e outras que freqüentam a retórica contemporânea dos planejadores.

Oferecer aos colegas brasileiros a possibilidade de entrarem em contato com colegas da área de planejamento e estudos urbanos e regionais de duas das maiores universidades sul-africanas.

Explorar as possibilidades de intensificação da cooperação acadêmica Brasil-África do Sul na área do planejamento e dos estudos urbanos e regionais.

Where the formal and informal meet: Disjuncture and convergence in community and state-driven housing developments in Cape Town.

Sophie Oldfield ¹

Abstract

South African ‘formal’ state housing programmes are permeated and made accessible through more ‘informal’ community mandated and initiated processes. Drawing on the housing experiences and strategies of young people living in multi-generational households in contexts of poverty, I argue that even though idealistically and symbolically community-driven housing processes are intended to be part of broader state-driven housing processes, in contexts where the state is not actively engaged in delivering housing there is gap between community regulation of housing and housing delivery practice run by the state. Examination of young people’s strategies to gain access to independent housing highlights points at which community and state driven processes merge and diverge, and the ways in which young people assert themselves strategically into these gaps, drawing on informal and formal processes and institutions as well as a range of important relationships in and outside of the family and neighbourhood contexts in which they live. The paper thus explores the disjuncture between state- and community-driven housing processes, as well as the ways in which these processes converge to build on each other. This case study on housing is used to demonstrate and conceptualise the dynamics and character of the continuum between so-called formal and informal processes and institutions.

¹ Department of Environmental and Geographical Science / University of Cape Town, South Africa

Contradictory Impulses in Urban Development Policy and Practice in South Africa

Edgar Pieterse²

Abstract

The urban remains an ambivalent (policy) animal in the political stance and imaginary of the South Africa state, even eleven years after democratisation. Over the course of the past decade there has been various attempts to grapple with the imperative to understand and engage with the complex and shifting dynamics of urbanisation but with little coherence or systematic impact. Instead, urban policy can arguably be said to be formed by default through various sectoral development strategies around housing and associated infrastructure. As a consequence South African cities are possibly even more segregated and unequal compared to 1994. In this paper I aim to provide an account for this alarming state of affairs by providing an overview of the current state of play on urban development policy at national, regional (provincial) and metropolitan scales. The paper critically reviews recent policy initiatives by various national government departments, such as: (i) the National Spatial Development Perspective released by the Presidency and adopted by Cabinet in 2003; (ii) the Breaking New Ground Human Settlements Policy spearheaded by the department of Housing; and (iii) the draft Urban Development Policy / Strategy driven by the Department of Provincial and Local Government. These national policy directions are compared and contrasted to offer an interpretation of where the 'national urban debate' is at. However, to fully capture the richness of the moment, these policies are also analysed in relation to a highly conflictual and complex informal settlement intervention in Cape Town called the N2 Gateway. The paper concludes with areas for further research and policy development.

² Visiting Associate Professor: Dept of Public Management and Planning, University of Stellenbosch; Special Advisor to the Premier - Western Cape